

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 07 – Planejamento Urbano e Gestão de Riscos

RELATORIA

Painel: Mesa 07 – Planejamento Urbano e Gestão de Riscos

Data: 29/02/2016, 14h às 15h30

Relator(a): Carolina Baima Cavalcanti - SNAPU

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do encontro é compartilhar um painel de temas sociais e urbanos que permita ampliar o debate nacional e internacional, de forma a subsidiar a posição brasileira nas proposições relacionadas à Agenda Pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 11 relacionado ao tema de “Cidades Sustentáveis”. Tais assuntos também serão foco de grande parte dos debates que ocorrerão na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevista para acontecer em Quito, Equador, em outubro de 2016.

O objetivo central da mesa é ampliar o debate sobre a resiliência urbana e os desafios do planejamento e desenvolvimento urbano frente ao cenário de mudanças climáticas, eventos extremos e a gestão de riscos em desastres naturais, a partir da abordagem dos seguintes eixos:

- a) o Marco de Sendai e nova agenda para gestão de riscos;
- b) as ações, estratégias e iniciativas da ONU na promoção da resiliência urbana, com destaques para as de ordenamento do solo municipal;
- c) a Lei 12.608/2012 e a nova perspectiva do uso do plano diretor e do projeto de expansão urbana enquanto peça de prevenção de desastres naturais; e
- d) o uso de ferramentas de monitoramento e alerta para qualificação do ordenamento do território urbano.

2. BREVE PANORAMA/CONTEXTO DO TEMA

O alcance da resiliência urbana, considerada a dimensão ambiental inerente à sua abordagem, demanda cada vez mais dos estados nacionais que sejam desenvolvidas estratégias e medidas em todos os setores, nos planos em nível local, nacional, regional e mundial e na desagregação da abordagem nos campos de: compreensão do risco; fortalecimento da governança; investimento em redução de risco e aumento da resiliência; e, ampliação das ações de preparação e resposta.

Nesse sentido, as palestras foram organizadas de modo a abranger os diversos níveis de organização institucional para o tratamento do tema – do nível global ao nível local, conforme segue:

- 1) **Alexander Carius** (GIZ / diretor ADELPHI), moderador: O moderador fez uma introdução ao tema, destacando a importância crescente da resiliência urbana e da prevenção de

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 07 – Planejamento Urbano e Gestão de Riscos

riscos na agenda internacional. Referiu-se ao ano de 2015 – com a definição do Marco de Sendai, o debate dos ODS e a assinatura do Acordo de Paris (COP 21) - como divisor de águas para o tratamento internacional da gestão de riscos, reconhecendo o importante papel dos governos locais na temática.

- 2) **David Stevens** (coordenador do Centro de Excelência para Redução de Risco de Desastres/ UNISDR): abordou os aspectos gerais dos desafios trazidos pelo Marco de Sendai em relação à agenda de planejamento e desenvolvimento urbano e apresentou uma síntese dos desafios brasileiros na construção da agenda da resiliência urbana.
- 3) **Luciana Nery** (Gerente de Resiliência do Centro de Operações do Rio - COR): apresentou os modelos e práticas usados pelo Município do Rio de Janeiro para implantação de Sistemas de Alerta e Monitoramento de eventos Extremos e ordenamento do solo urbano. Também abordou os desafios na construção de uma agenda de resiliência urbana municipal.
- 4) **Eduardo Soares de Macedo** (Pesquisador do Laboratório de Riscos Ambientais do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo): abordou a utilização de peças técnicas de análise e mapeamento de risco, perigo e suscetibilidade na construção das peças de planejamento urbano. O papel do mapeamento de risco na construção de espaços urbanos seguros.
- 5) **Iverson Macedo** (Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ): abordou o tratamento da dimensão ambiental e de gestão de riscos no ordenamento do território municipal, a partir da exposição das estratégias, instrumentos e mecanismos do plano diretor do Município de Nova Friburgo. Abordou também o debate sobre o uso do plano diretor municipal enquanto peça de prevenção de riscos e preservação ambiental.

3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

- Agenda Global: importância dos governos locais na prevenção de riscos (ODS, Marco de Sendai e Acordo de Paris);
- Avanços e inovações trazidas pelo Marco de Sendai: definição de metas (4 prioridades de ação e 4 níveis de responsabilidade, além de setor privado e academia); foco na redução de riscos e não na redução das perdas; entendimento dos fatores geradores de risco e priorização do “como fazer” (compreensão do risco, fortalecimento da governança, investimento na redução, preparação para resposta);
- Atuação da ONU: definição de 10 passos para construir a resiliência nas cidades, com compromisso assumido por 3200 cidades do mundo inteiro.
- Quadro brasileiro: nos últimos anos, reduziu-se o número de mortes (melhoria dos sistemas de alerta), mas as perdas ainda são grandes. Ressalta-se que o modelo de ocupação do território no Brasil é um modelo gerador de riscos.
- Experiência de atuação do COR/RJ: origem em 2010 a partir de chuva que causou 66 mortes (identificação de falha no sistema de alerta). A partir daí, foram feitos: estudo geológico para mapeamento de suscetibilidades no território; mapeamento de pessoas com dificuldades de evacuação (pessoas com deficiência) e definição de pontos de apoio; capacitação (líderes comunitários, escolas, treinamento de evacuação, treinamento pela Defesa Civil) e investimentos em contenção de encostas.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 07 – Planejamento Urbano e Gestão de Riscos

- “Tempos” para a promoção da resiliência: identificação dos desafios do passado, do presente e do futuro.
- Tipificação dos riscos que atingem o Brasil, com destaque para o fato de que desastres não são fenômeno recente no país e que a questão do risco é bem mais complexa que o binômio vulnerabilidade x ocupação, agregando outros fatores como educação, alerta e etc.
- Marco legal da gestão de riscos no Brasil (Lei 12.608/12): inovação por trazer dispositivos que vão além da defesa civil, como: cadastro nacional de municípios; mapeamento de risco, ameaça, suscetibilidade e vulnerabilidade; cartas geotécnicas e plano diretor.
- Experiência do município de Nova Friburgo/RJ na elaboração de peças de planejamento a partir da questão ambiental e de prevenção de riscos: revisão do Plano Diretor e uso de instrumentos do Estatuto da Cidade para absorção de famílias a serem retiradas de áreas vulneráveis e evitar novas ocupações em áreas de risco.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS AO TEMA

- O efeito dos desastres naturais varia de acordo com as diferentes áreas da cidade: como enfrentar? Necessidade de evitar a ocupação de áreas frágeis e reverter modelo de urbanização gerador de riscos.
- Promover uma “estratificação” do risco: avaliar o quanto se vai eliminar e o quanto se vai conviver.
- Necessidade de fortalecer a participação/ajuda dos governos nacionais aos governos locais para implantação da agenda da resiliência.
- Alerta para que a “resiliência” não pode ser a nova “sustentabilidade” – necessidade de definição e delimitação conceitual clara para possibilitar efetividade de ação.
- Lidar com as características e os desafios históricos de desenvolvimento urbano (análise do passado para construção da resiliência).
- Promover a gestão do cotidiano, resposta a eventos que interferem na dinâmica da cidade e planos de contingência viáveis. (dimensão “presente” da resiliência).
- Promover uma avaliação de riscos e planejamento para o futuro, considerando cenários e possíveis ocorrências futuras (prevenção).
- A Lei 12.608/12 traz muitas responsabilidades para os municípios, que são o “elo fraco” do sistema: necessidade de fortalecimento do poder público local para lidar com a questão.
- Necessidade de informação de qualidade (base cartográfica e bases de dados georreferenciados) e de capacitação de equipe técnicas municipais para lidar com instrumentos de mapeamento (cartas geotécnicas, de suscetibilidade e de riscos) e obter capacidade mínima de tomada de decisão.
- Alerta para a importância dos estudos de impacto, que atualmente são falhos e influenciam na tomada de decisão dos governos locais – prefeituras sob inúmeras pressões para abrir mão dos estudos de impacto.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz

Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 07 – Planejamento Urbano e Gestão de Riscos

5. CONCLUSÕES

- Reconhecer e enfrentar a relação entre vulnerabilidade a riscos e vulnerabilidade social no espaço urbano (pobreza urbana).
- Mudar o foco para a prevenção dos desastres o invés da resposta: sair de uma situação de gestão do desastre para a gestão do risco (abordagem pró-ativa).
- Fortalecer os municípios para avançar na gestão de riscos (recursos e capacitação) e promover a fusão da gestão de riscos com outras agendas, estimulando a transversalidade e interdisciplinaridade.
- Reconhecer a diversidade econômica como um componente da resiliência, pois instabilidade econômica é um multiplicador da situação de risco.
- Promover a cooperação intergovernamental para estratégia de desenvolvimento urbano, compatibilizando a agenda de redução de desastres com a agenda de mudanças climáticas, pois a resiliência e a sustentabilidade tem objetivos semelhantes.
- Preparar o Brasil para checar o cumprimento das metas definidas pelo Marco de Sendai, com aplicação de metodologias sólidas de mensuração
- Ampliar a participação do Brasil em eventos internacionais sobre o temas – necessidade de levar a realidade brasileira para o debate internacional.

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

Habitat
para a Humanidade

CBIC

cooperação
alemã

giz